

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-426-9 DOI 10.22533/at.ed.269192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em dois volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

No Volume 1 as duas partes foram denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRIATIVIDADE E SVAZIADA: A ECONOMIA CRIATIVA DE ACORDO OS MINISTROS DA CULTURA DEPOIS DO TÉRMINO DA SEC	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2691925061	
CAPÍTULO 2	15
ABORDAGEM FITOQUÍMICA E FARMACOLÓGICA DAS FOLHAS <i>Terminalia catappa</i> Linn (Combretaceae)	
Maria da Costa Belina	
Mônica Regina Silva de Araújo	
Beatriz Dias	
Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno	
Aluísio Marques da Fonseca	
Ana Isabel Vitorino Maia	
DOI 10.22533/at.ed.2691925062	
CAPÍTULO 3	28
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ, BRASIL	
Maria Dasdores Gonçalo Costa	
Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto	
Juan Carlos Alvarado Alcócer	
José Wertson Gonçalo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2691925063	
CAPÍTULO 4	45
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA FALAM SOBRE ISSO?	
Dayane Gomes da Silva Rodrigues	
Ninótica Rosa Vieira Andrade	
Marta da Silva Aguiar	
Ismael Ferreira do Nascimento	
João Vitorino dos Santos Gonçalo	
Isaiane Rozado Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250634	
CAPÍTULO 5	58
CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO LARGO E BECO DO BOTICÁRIO (RJ): UMA RUÍNA ESQUECIDA?	
Patrícia Martins de Sá	
Maria Amália S. A. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250635	
CAPÍTULO 6	73
ESTUDO QUANTITATIVO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS EÓLICOS SANTA MÔNICA E ROSA DOS VENTOS	
Guilherme Geremias Prata	
Rejane Félix Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250636	

CAPÍTULO 7	86
FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL	
Rosenilda Marques da Silva Felipe Antonio Idêrlían Pereira de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.26919250637	
CAPÍTULO 8	94
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC	
Rodrigo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.26919250638	
CAPÍTULO 9	107
RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250639	
CAPÍTULO 10	120
SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	
Murilo de Sousa Almeida Francisco Nildo da Silva Maria Brenna Mendes Cunha José Abel Aguiar Silva Paz Henderson Castelo Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506310	
CAPÍTULO 11	126
SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA	
Robson Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506311	
CAPÍTULO 12	141
TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS	
Maria Sara de Lima Dias Álaba Cristina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.269192506312	
CAPÍTULO 13	151
TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA	
Nairon Gaia Coimbra Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506313	
CAPÍTULO 14	164
AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL	
Rossana Maria Marinho Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.269192506314	

CAPÍTULO 15	180
COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR	
Fátima Regina Cividini Paola Stefanutti Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.269192506315	
CAPÍTULO 16	192
COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO	
Flavia Querino Da Silva Emily Alves Cruz Moy Ana Angélica Leal Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506316	
CAPÍTULO 17	206
CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL	
Letícia de Cássia Costa de Oliveira Ana Maria Dalla Zen	
DOI 10.22533/at.ed.269192506317	
CAPÍTULO 18	219
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL	
Antonio Henrique Seixas de Oliveira Diana de Souza Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506318	
CAPÍTULO 19	236
OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS	
Luciane Marques Raupp	
DOI 10.22533/at.ed.269192506319	
CAPÍTULO 20	251
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.269192506320	
CAPÍTULO 21	264
SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	
Viviane Vidal Pereira dos Santos Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.269192506321	

CAPÍTULO 22 281

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade
Dayane Gomes da Silva Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.269192506322

SOBRE O ORGANIZADOR..... 293

A CRIATIVIDADE ESVAZIADA: A ECONOMIA CRIATIVA DE ACORDO OS MINISTROS DA CULTURA DEPOIS DO TÉRMINO DA SEC

Diego Santos Vieira de Jesus

Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa (MPGEC) e coordenador do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio). E-mail: dvieira@espm.br

Uma versão inicial do artigo foi apresentada na comunicação oral “Criatividade à deriva: a economia criativa segundo os ministros da Cultura após o fim da SEC”, no IX Seminário Internacional de Políticas Culturais. Mesa XIX: Cultura e Economia. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO: O objetivo é examinar como os ministros da Cultura posicionaram-se quanto às temáticas ligadas à economia criativa desde a extinção da SEC, em 2015, até 2018, a partir da análise de declarações oficiais, artigos, pronunciamentos e entrevistas a órgãos de imprensa. O argumento central aponta que, desde o fim da SEC, a relevância econômica da cultura – reconhecida na noção de economia criativa – foi concebida como fundamental ao desenvolvimento pelos ministros da Cultura, mas eles não enfatizaram a institucionalização de um novo órgão específico para economia

criativa, de forma que decisões estratégicas relacionadas a tal economia foram abandonadas, relegadas em segundo plano ou diluídas e esvaziadas em outros conceitos, como “economia da cultura”, colocada como prioritária por grande parte dos ministros e, por vezes, como sinônima à economia criativa.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Criativa, Economia da Cultura, Ministério da Cultura, Ministros da Cultura. Secretaria de Economia Criativa

1 | INTRODUÇÃO

A noção de economia criativa é ainda imprecisa no debate político no Brasil, e o seu tratamento em termos de formulação e implementação de políticas públicas sofre com as discontinuidades e as inconstâncias de governos ao lidarem com o tema. Em âmbito nacional, tal economia foi frequentemente ligada a negócios de múltiplos portes, caracterizados por inovação, sustentabilidade e / ou respeito às diversidades socioculturais. A colocação dos múltiplos setores que caracterizam essa economia – desde o artesanato até o design de *softwares* e games – como motores na geração de riqueza e na introdução de uma alternativa à vocação brasileira de exportação de *commodities* materializou-se com a instituição

da Secretaria de Economia Criativa (SEC), uma autarquia ligada ao Ministério da Cultura (MinC), em 2011. No início de 2015, a SEC foi extinta pelo então ministro da Cultura Juca Ferreira, que criou a Secretaria para Formação de Linguagens Artísticas. Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o ministro da Cultura Marcelo Calero assumiu a pasta e estabeleceu a Secretaria de Economia da Cultura, que tinha funções próximas, mas não totalmente congruentes às da SEC (LEITÃO, 2017).

O objetivo do artigo é examinar como os ministros da Cultura posicionaram-se em relação às temáticas ligadas à economia criativa desde a extinção da SEC, em 2015, até 2018 a partir da análise de suas declarações oficiais, artigos, pronunciamentos e entrevistas concedidas por eles a órgãos de imprensa. O argumento central aponta que, desde o fim da SEC, a relevância econômica da cultura – reconhecida na noção de economia criativa – continuou sendo concebida como fundamental ao desenvolvimento nacional pelos ministros da Cultura, mas eles não enfatizaram a institucionalização de um novo órgão especificamente voltado para a economia criativa, de forma que decisões estratégicas relacionadas a tal economia – apresentadas no Plano da SEC – foram abandonadas, relegadas em segundo plano ou diluídas e esvaziadas em outros conceitos, como a ideia de “economia da cultura”, colocada como prioritária por grande parte dos ministros e, por vezes, até como sinônima à economia criativa.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A expressão “economia criativa” pode assumir múltiplas definições no debate acadêmico e nas discussões políticas. No meio acadêmico, ela frequentemente se refere a um conjunto de atividades, bens e serviços que têm base na criatividade, no talento ou nas habilidades individual e coletiva e abarca setores como publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, *design*, *design* de moda, cinema, *software*, *softwares* interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus e galerias, bem como atividades relacionadas às tradições culturais (BENDASSOLLI et al., 2009, p.11). Segundo Miguez (2007, p.102), as “indústrias criativas” que compõem tal economia estariam baseadas em indivíduos com capacidades criativas e artísticas em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que concebem produtos e serviços vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais ou intelectuais. De acordo com Howkins (2001), ressaltam-se na economia criativa a originalidade e a criatividade, bem como as mudanças, as rupturas e a inovação, de forma que os indivíduos estão se afastando de comportamentos tradicionais, como o consumo de bens padronizados e a submissão à autoridade, e se identificando cada vez mais com o desejo de controle integral sobre as próprias vidas. Para autores como Florida (2002) e Landry (2011), a criatividade pode se aplicar a campos que transcendem os setores criativos ou a presença de trabalhadores de uma “classe criativa” e se aplicar ao desenvolvimento

socioeconômico de um dado território, trazendo inovações sociais com criatividade em áreas como saúde, mobilidade urbana, segurança pública e educação. Conceitualmente, a “economia criativa” por vezes é concebida como sinônimo de “economia da cultura”; porém, grande parte dos acadêmicos aponta que a economia da cultura geralmente se refere a atividades repletas de valor simbólico, enquanto a economia criativa engloba atividades de cultura – repletas de valor simbólico – e de entretenimento, bem como as atividades criativas funcionais (BENHAMOU, 2007; THROSBY, 2001).

Nas discussões políticas em torno do tema, o Reino Unido assumiu destaque ao conceber a economia criativa como uma forma de se recuperarem espaços degradados desde a decadência de atividades tradicionais da economia e se fazer frente à concorrência internacional de países asiáticos na economia mundial. No fim da década de 1990, o governo britânico definiu essa economia como um conjunto de atividades que tinha sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual (DCMS, 1998). Em particular após a queda drástica do comércio internacional motivada pela crise financeira internacional em 2008, Estados desenvolvidos e emergentes procuraram incentivar a economia criativa como meio de dinamizar tal comércio, enfrentando dificuldades como a limitação de recursos para o financiamento de negócios, o investimento insatisfatório em capacitação de profissionais criativos e as deficiências na infraestrutura de distribuição e difusão de bens e serviços (LEITÃO, 2015).

No Brasil, a economia criativa foi definida pelo Ministério da Cultura como “a economia resultante das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica” (SEC, 2012). Tal Ministério substituiu o termo “indústria criativa” por “setor criativo” – enfatizando o valor simbólico como consequência do ato criativo – e apontou que a economia criativa incluía dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais existentes relacionadas a setores que englobam patrimônio material e imaterial; expressões culturais; artes de espetáculo; audiovisual e livro; e criações funcionais (FIGUEIREDO, 2015, p.30). Nesse contexto, a diversidade cultural poderia ser tratada como um insumo estratégico para o desenvolvimento (FURTADO, 1984) e um elemento ampliador das liberdades humanas (SEN, 2000).

A colocação da economia criativa como eixo estratégico de desenvolvimento durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a criação da SEC no início da administração de Dilma Rousseff refletiam a ideia de que o conhecimento e a criatividade poderiam viabilizar transformações sociais por seu potencial empregador, produtivo e inovador. A economia criativa tinha como pilares, naquela perspectiva, a promoção da diversidade cultural, a garantia de inclusão social, o estímulo à sustentabilidade e o fomento à inovação (LEITÃO, 2015). A maior relevância das indústrias culturais na sociedade contemporânea atrelava-se à promoção de inserção social e à geração de

renda por atividades culturais, como produções artísticas e manifestações folclóricas. A maior centralidade econômica da cultura impunha aos poderes locais, regionais, nacionais e internacionais, preocupados com o desenvolvimento, uma nova agenda, que iria além de políticas tradicionais de conservação do patrimônio, formação de plateias ou incentivo a eventos (SILVA, 2012, p.112-115). O Plano 2011-2014 da SEC teve como objetivo reposicionar o MinC no âmbito do Governo Federal a fim de que o Ministério contribuísse efetivamente para a qualificação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Tal projeto interligava a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas que permitissem vencer as barreiras à transformação da criatividade brasileira em inovação e transformar a inovação em riqueza cultural e socioeconômica para a população brasileira (SEC, 2012).

A centralidade da economia criativa parecia assumir, assim, caráter estratégico diante da perda de importância gradativa da exportação de *commodities* em face da comercialização de bens e serviços de alto valor agregado, que conduziria a alterações no trabalho, no setor de serviços e na constituição de fundos específicos para o financiamento dos setores criativos (LEITÃO, 2015). Enquanto estratégia de desenvolvimento, a economia criativa reconhecia a importância do capital humano para o fomento da integração de objetivos socioculturais e econômicos e, diante da alteração dos elos entre cultura e economia com as mudanças econômicas e tecnológicas, abria um leque de oportunidades baseadas em empreendimentos criativos, permitia a formalização de pequenos negócios, promovia a geração de renda e emprego e incrementava o bem-estar da população ao estimular a expressão e a participação dos cidadãos na vida política. A intangibilidade da criatividade poderia gerar valor adicional ao incorporar características culturais, inimitáveis por excelência, e criar sinergias entre o estilo de vida e o ambiente no qual ele florescia (REIS, 2008, p.27-32).

A SEC assumiu um papel fundamental de liderança na formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas na área de economia criativa, mas lidava com problemas como a ausência de informações sistemáticas sobre setores criativos no Brasil, a inadequação e a precariedade de modelos de negócios, a baixa disponibilidade de linhas de crédito para financiamento de projetos, a baixa oferta de qualificação para trabalhadores criativos, a ausência / insuficiência de marcos legais para os setores criativos e a institucionalização reduzida da economia criativa nos âmbitos municipal e estadual (LEITÃO, 2015; RIBEIRO, 2016). Desde o seu estabelecimento, a Secretaria não tinha estrutura nem orçamento para lidar com as demandas de diferentes setores criativos, as quais excediam suas capacidades administrativas e financeiras. O orçamento destinado a ela em um Ministério que já tinha verbas reduzidas era insuficiente até mesmo para funções fundamentais, como a promoção de atividades culturais (MARCHI, 2014, p.206-213; JESUS; KAMLOT, 2017, p.150). Além dos constrangimentos financeiros, a SEC sofria com a falta de continuidade das próprias políticas culturais relacionadas aos setores criativos, a deficiência dos quadros

técnicos e a acentuação das relações clientelistas, que resultavam em dependência dos profissionais criativos em relação aos membros do governo (BARBALHO, 2015, p.50; JESUS; KAMLOT, 2016, p.51). A cooperação reduzida com outros órgãos governamentais – por conta dos constrangimentos orçamentários de ministérios, das rivalidades institucionais e da falta de vontade política em cooperar em inúmeros órgãos federais, estaduais e municipais – limitava as possibilidades de implementação de inúmeras decisões previstas no Plano 2011-2014.

Embora tenha durado pouco, a SEC conferiu força ao modelo de desenvolvimento baseado na economia criativa por conta da institucionalização que promovera com relação às temáticas relacionadas a essa economia. A Secretaria evidenciava o caráter profissional e o potencial econômico dos setores criativos, que se contrapunham a visões tradicionais do Brasil tendo como eixo de desenvolvimento a exportação de *commodities* e valorizavam o papel de pequenos e médios empresários na geração de renda (LEITÃO, 2017). Entretanto, a limitação crescente de recursos para projetos na área de cultura diante da crise econômica – que colocava outros setores como prioridade, tais como educação, saúde e segurança pública –, as trocas de liderança no Poder Executivo em face de denúncias de corrupção e uso indevido de verbas e a elevada rotatividade de ocupantes no cargo de Ministro de Cultura desde 2015 conduziram à descontinuidade de medidas mais robustas que tivessem em seu cerne a economia criativa como motor de desenvolvimento.

3 | CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa tem caráter exploratório e é desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa do conteúdo de declarações oficiais, artigos, pronunciamentos e entrevistas concedidas a órgãos de imprensa pelos ministros da Cultura após a extinção da SEC. Na coleta de dados, buscou-se identificar o posicionamento de tais ministros com relação à economia criativa e aos setores criativos, categorizando-se as informações por cada ministro na exposição dos resultados. Na análise das informações, buscou-se interpretar o material coletado à luz do suporte teórico-conceitual, que opera como apoio na captação das características subjetivas de declarações e textos dos ministros.

4 | RESULTADOS

Juca Ferreira (1 de janeiro de 2015 – 12 de maio de 2016)

Ferreira extinguiu a SEC, alegando que, em tese, a economia criativa deveria “estar em todos os ministérios” e não poderia ser baseada exclusivamente no MinC. Na visão de especialistas, a decisão de Ferreira de dismantelar a SEC trouxe um grande retrocesso, uma vez que o Ministério já havia iniciado conversações com

administrações dos estados da federação e das cidades a fim de ampliar a rede de empreendimentos criativos e o conhecimento sobre eles (LEITÃO, 2017). Apesar de ter abolido a SEC, Ferreira não abandonou completamente a pauta da economia criativa. Por exemplo, em setembro de 2015, ele incentivou empreendedores criativos a desenvolver parcerias e realizar contatos com países vizinhos. Diante do convite feito pelo Mercado de Indústrias Culturais da Argentina, Ferreira procurou aproximar tais empreendedores de compradores internacionais, na busca de criação de um ponto de referência institucional para fortalecer as indústrias culturais da América do Sul (MINC, 2015).

Entretanto, no âmbito das ações do MinC, Ferreira preferiu focar no conceito de “economia da cultura”, o qual, a seu ver, incorporava mais especificamente a dimensão econômica de manifestações culturais e mesmo produções simbólicas sem fins comerciais “ou que não apresentam estratégias de reprodutibilidade em massa ou escala de inserção no mercado”. Ainda que dissesse que isso não pressupunha a desvalorização de “outros ambientes de significação” como a economia criativa, o foco do MinC deveria estar na articulação de uma visão estratégica da “economia da cultura”, que promoveria a interiorização do desenvolvimento e a federalização da capacidade produtiva nacional, com foco nas especificidades das produções culturais locais e regionais (FERREIRA, 2015, p.1-9). As atividades criativas funcionais – que frequentemente são inclusas como partes da noção de “economia criativa” em definições acadêmicas e políticas – não pareciam estar plenamente contempladas em seu posicionamento acerca de “economia da cultura”.

Marcelo Calero (24 de maio de 2016 – 18 de novembro de 2016)

Calero, que havia sido secretário de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi primeiramente convidado a ocupar o cargo de Secretário de Cultura do governo interino de Michel Temer. Com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, a fusão dos Ministérios da Cultura e da Educação motivou críticas profundas da classe artística e cultural e de setores da sociedade civil, de forma que, em face da pressão popular, as pastas voltaram a se separar, e Calero assumiu como ministro da Cultura. A recriação do MinC demonstrou, a seu ver, uma sensibilidade de Temer ao “simbolismo do setor da cultura” no país. Ao dizer que ele e sua equipe não poderiam ficar “encastelados em Brasília”, Calero procurou conhecer de perto a complexidade e as particularidades da produção cultural nacional, além de buscar reformular a Lei Rouanet, aprimorar sua gestão de forma mais transparente e sanar um rombo de R\$ 1,34 bilhão no MinC, que, caso não eliminado, conduziria ao fechamento de museus e ao não-pagamento de editais. Ao buscar a valorização dos servidores públicos, demitiu pessoas em cargos comissionados no MinC (JC ONLINE, 2016).

A exemplo do que já vinha realizando no Rio de Janeiro, Calero indicou que pretendia dar prosseguimento às ações de territorialização da cultura a fim de ampliar o acesso da população à produção cultural, em parceria com governos estaduais

e municipais. Uma das prioridades colocadas pelo então ministro era o foco na economia criativa, “em todos os aspectos relacionados a essa cadeia produtiva”, e na internacionalização da cultura brasileira (BLOG DO PLANALTO, 2016). A agenda internacional abarcava a promoção da diversidade cultural, a dinamização das cadeias produtivas culturais, o amplo acesso à cultura e a garantia de pleno exercício dos direitos culturais e da liberdade de expressão. Destacando as potencialidades econômicas e comerciais da cultura e sua colocação como “eixo estratégico para o desenvolvimento de nossas nações”, ele afirmava ter tomado a decisão de recriar a Secretaria de Economia Criativa, quando, na verdade, ele havia criado a Secretaria de Economia da Cultura, a cargo de Cláudio Lins de Vasconcelos, advogado especialista na área de Direitos Autorais. Para Calero, a propriedade intelectual era um tema abandonado na administração Rousseff, que precisava ser melhor atendido. Segundo o então ministro, a criação de marcos regulatórios era uma das diretrizes para o reposicionamento das potencialidades econômicas e comerciais da cultura nas agendas nacionais, bem como a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários para profissionais da cultura, o aprofundamento da relação intersetorial, a produção de indicadores econômicos da cultura para planejamento de ações e a facilitação da circulação e comercialização de bens e serviços culturais (CALERO, 2016). Calero deixou o cargo devido à interferência do ex-ministro Geddel Vieira Lima para que liberasse uma obra na Bahia.

Roberto Freire (18 de novembro de 2016 – 22 de maio de 2017)

Focando predominantemente o conceito de “economia da cultura”, Freire sinalizava a importância da Coleção Atlas Econômico da Cultura Brasileira, que apontava a necessidade do MinC de trabalhar para construir uma ferramenta para a valorização do setor cultural e o entendimento da sua importância na composição do PIB brasileiro. A preocupação primordial de Freire residia no dimensionamento do impacto da cultura na economia brasileira por meio do estabelecimento de metodologias e critérios unificados de aferição. O então ministro constatava que a cultura exercia um papel importante e crescente na economia brasileira, como o Atlas permitia comprovar, de forma que o governo, ao se conscientizar acerca da riqueza produzida pela área cultural, investiria na cultura para fomentar a economia e não tiraria recursos do MinC num contexto de crise (FREIRE, 2017).

No contexto de elaboração do Atlas, Freire indicava ter planos acerca de cadernos setoriais, com informações específicas sobre a cadeia produtiva dos setores que faziam parte do que chamava “economia da cultura”. Dentre os que seriam estudados de forma prioritária, estavam o audiovisual, os games, o mercado editorial, a música e os museus e patrimônio (FREIRE, 2017). Embora tais setores sejam fundamentais à economia criativa, vê-se que uma série de outros setores que a compõem foi deixada de fora, de forma que o foco das ações do ministro parecia muito mais alocado em setores específicos do que na diversidade de setores que estruturam a economia criativa no

Brasil. Freire chega a mencionar a economia criativa ao sinalizar que os trabalhadores desse segmento utilizam a cultura como insumo, com o propósito de fabricar produtos funcionais, como a arquitetura e o *design* (FREIRE, 2017). Entretanto, tal definição de “economia criativa” reflete uma posição bem menos abrangente sobre o tema do que aquela adotada em grande parte do debate acadêmico ou mesmo em administrações anteriores, que incorporavam não apenas atividades funcionais, mas atividades de cultura e de entretenimento.

João Batista de Andrade (22 de maio de 2017 – 24 de julho de 2017)

Andrade assumiu interinamente o cargo de ministro da Cultura após o anúncio da saída de Freire e, posteriormente, renunciou, alegando que o MinC tinha se tornado “inviável”, com o corte de 43% dos seus recursos e a sua configuração como um território fértil para as ingerências políticas. Andrade sinalizava sua falta de esperanças em fazer com que governantes se interessassem pela cultura, mas que aproveitaria brechas no sistema para “blindar o MinC”, mesmo com suas diferenças em relação ao governo Temer. Embora reconhecesse a necessidade de medidas de solução de questões em temas relacionados à economia criativa – como a deterioração da Biblioteca Nacional e da Cinemateca, os questionamentos à Lei Rouanet e a intimidação de produtores culturais, sob ameaça de altas cobranças por problemas de prestação de contas –, Andrade viu-se limitado em termos de atuação para modificações mais efetivas. Ele classificou o orçamento do MinC como “ridículo” e conseguiu realizar ações apenas pontuais, como impedir o despejo da Escola de Cinema Darcy Ribeiro pelos Correios, mas pouco pôde fazer com relação a programas como os Pontos de Cultura, paralisado por incertezas nos repasses e convênios ineficientes (MEDEIROS, 2017). Diante da crise no MinC e da renúncia de Andrade, secretários estaduais de Cultura publicaram uma carta aberta sem caráter político-partidário, em que cobravam do Ministério o cumprimento de contratos firmados com programas bilaterais, dentre os quais cabe citar os Pontos de Cultura e o edital de Economia Criativa (ANDRADE, 2017).

Sérgio Sá Leitão (25 de julho de 2017 – Hoje)

Em seu discurso de posse, Leitão – que era diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) antes de assumir o MinC – afirmou que a cultura contribuía para a geração de emprego e renda e estava no cerne da economia criativa (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Entretanto, para o atual ministro, a diferenciação entre “economia criativa” e “economia da cultura” era uma discussão meramente acadêmica, pois, na perspectiva do MinC, o sentido das duas expressões era o mesmo, bem como seus objetos: atividades culturais e criativas, dotadas de valor simbólico e econômico. Como a criatividade não era uma matéria-prima estocável, ele via a necessidade de se desenvolverem formas de aprimoramento das vocações para que tais atividades tivessem maior participação no PIB a partir do estímulo do Poder Público e investimentos privados. Na sua perspectiva, a falha de iniciativas como a SEC adveio do fato de que não

conseguiram sensibilizar a sociedade e os políticos e da dificuldade de se formular um conjunto de políticas eficientes voltadas para a economia criativa. Dentre suas metas, estava a dotação do MinC quanto a esse conjunto, uma vez que grande parte da sociedade ainda valorizava setores econômicos tradicionais e/ou com peso econômico declinante e não enxergava atividades criativas por sua dimensão econômica (MUNIZ, 2017; NA MIRA, 2017).

Embora reconhecesse que a temática da economia criativa tivesse sido secundarizada em gestões anteriores à sua desde a de Gilberto Gil (2003-2008) – de quem fora chefe de gabinete –, Leitão ressaltou que, no atual momento, tal temática voltava à tona. O atual ministro via também que a economia criativa fazia parte do MinC, mas não estava contida nele, de forma a exigir a interação com outros ministérios – como o da Indústria, Comércio Exterior e Serviços –, bancos como o BNDES e institutos de pesquisa como o IBGE, para que se faça um levantamento frequente de dados necessários a empreendedores e formuladores de políticas públicas. Ademais, Leitão via que o fomento à economia criativa com um orçamento comprometido exigia a desburocratização da Lei Rouanet, a inclusão de novas áreas criativas que fossem abarcadas por projetos nesse conjunto de políticas que pretendia formular – como a gastronomia –, a implementação de mudanças legais para que fundos de investimento em cultura pudessem finalmente ser implementados e o incentivo aos fundos patrimoniais permanentes para o financiamento de museus, orquestras e companhias de teatro e dança, bem como ao financiamento coletivo, de forma que as pessoas pudessem usar parte do Imposto de Renda para participar desse financiamento (AGÊNCIA BRASIL, 2017; SÁ, 2017).

5 | ANÁLISE E DISCUSSÃO

O ministro da Cultura não é o único responsável pela formulação de políticas públicas na área cultural, nem suas posições acerca de temas relacionados a tais políticas refletem-se nos resultados obtidos, tendo em vista a possível participação ou interferência de outros atores no processo de formulação de decisão, com posições distintas, que imprimem a esses resultados um perfil mais próximo às suas preferências. Entretanto, a posição privilegiada do ministro na hierarquia do Poder Executivo confere a ele a capacidade de estabelecer diversos princípios gerais para as ações nessa área e formular grande parte da agenda para debates. É possível perceber que, no que diz respeito a seus princípios de ação, todos os ministros após a extinção da SEC reconheceram a relevância econômica da cultura, que está no cerne da noção de economia criativa. Desde Ferreira até Leitão, todos os ministros posicionaram-se afirmando que a cultura era responsável pela geração de renda e empregos e se colocava como fundamental ao desenvolvimento nacional. Como argumenta Ribeiro (2016), a cultura avançou bastante em dimensão e significado em

face da transversalização das políticas culturais e da sua maior interlocução com áreas como ciência e tecnologia, turismo, trabalho, comunicações, indústria e comércio. Tal transversalidade é um dos principais aspectos que caracterizam a economia criativa, como ressaltam Reis (2008) e Miguez (2007), bem como a valorização da diversidade cultural como um insumo estratégico para o desenvolvimento, como concebida por Furtado (1984) e Sen (2000).

Entretanto, a própria autonomia da área de cultura foi comprometida desde 2015, como se viu na anexação frustrada do MinC como uma secretaria no Ministério da Educação e na ampliação das restrições financeiras do primeiro Ministério, o que colocava, na visão do ex-ministro João Batista de Andrade, o MinC como “inviável”. Cumpre lembrar que, a despeito de seu orçamento reduzido, esse Ministério é complexo e assume papel estratégico na sociedade do conhecimento, uma vez que tem a tarefa de formular, implementar e monitorar políticas para a criação, a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais, que vêm apresentando alto valor agregado também em termos econômicos. Entretanto, a subalternização das políticas culturais no Brasil demonstra a vulnerabilidade da pasta da Cultura, o que acaba por conduzir a um grande personalismo na sua gestão (RIBEIRO, 2016). Como aponta Figueiredo (2015), antes da extinção da SEC, ministros da Cultura como Gilberto Gil entendiam que a economia criativa incluía dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais existentes a partir da criação, produção, distribuição e consumo dos bens e serviços produzidos pelos setores criativos. Entretanto, torna-se clara a dificuldade de ministros que passaram pelo MinC após o fim da SEC não só de compreender a estrutura sofisticada e complexa do Ministério, que sofre com a carência de recursos humanos, financeiros e infraestruturais, mas de recuperar e implementar decisões estratégicas relacionadas especificamente à economia criativa, previstas no Plano da SEC e potencialmente promotoras de tal economia como eixo de desenvolvimento (RIBEIRO, 2016).

A opção por focar a “economia da cultura” – vista por Sérgio Sá Leitão como idêntica à economia criativa – teve implicações diretas no desenvolvimento, no Brasil, da economia criativa, à luz da forma como o conceito foi desenvolvido no meio acadêmico por autores como Howkins (2001), Florida (2002) e Landry (2011) e aplicado na formulação de políticas pela SEC (SEC, 2012). A falta de uma institucionalização robusta de um novo órgão específico para economia criativa faz com que o debate sobre a temática no MinC perca em termos de criação de estruturas permanentes de formulação de decisão e independência para a aplicação de decisões, que permitam, por exemplo, o estímulo a atividades criativas funcionais. Essas pareciam relegadas em segundo plano na definição de “economia da cultura” adotada pelo ex-ministro Juca Ferreira, por exemplo. Ainda que Marcelo Calero tenha tentado minimamente recuperar alguma institucionalização para atribuir maior coerência a políticas voltadas para setores criativos ao criar a Secretaria de Economia da Cultura, foram abandonadas ou negligenciadas decisões estratégicas colocadas no Plano da SEC, como a garantia

de que o amplo espectro de setores e de empreendimentos criativos não fosse limitado ao âmbito dos setores culturais ou à mera dimensão mercadológica dos seus bens, características do pragmatismo (RIBEIRO, 2016). Tal pragmatismo fica evidente nas decisões do ex-ministro Roberto Freire, cuja preocupação primordial com relação à “economia da cultura” parecia ser o estabelecimento de critérios para evidenciar a relevância da cultura na economia brasileira, a fim de convencer o governo e outros atores sociopolíticos e econômicos acerca da importância de se investir no setor.

Nesse contexto, decisões e políticas específicas voltadas para a economia criativa foram diluídas ou esvaziadas no conceito de “economia da cultura”, o que tornou precário o desenvolvimento do caráter profissional de diversos setores criativos, o qual, como colocado por Claudia Leitão (2015, 2017), contrastava com visões arraigadas do Brasil tendo como eixo de desenvolvimento a exportação de *commodities*. De acordo com Ribeiro (2016), a SEC jamais procurou dogmatizar um conceito fechado de “economia criativa”, mas garantir princípios como a diversidade cultural, a inclusão social, a sustentabilidade e a inovação; entretanto, a institucionalidade da SEC foi cassada pelo próprio governo que a havia criado, de forma que a vulnerabilidade da própria área de economia criativa reproduz-se com políticas insatisfatórias de fomento e financiamento, estruturas jurídicas desfavoráveis a um relacionamento produtivo entre os setores criativos e as autoridades, a permanência de visões assistencialistas e a perpetuação do marketing cultural em detrimento de políticas públicas robustas de valorização dos setores e dos profissionais criativos. Sem uma institucionalização específica, a transversalidade das políticas públicas para a economia criativa é comprometida, e o Estado perde gradualmente a capacidade de concertação e de integração entre pastas e programas (RIBEIRO, 2016). Os ministros que tentaram fazer tal concertação desde o fim da SEC não obtiveram resultados expressivos, de forma que suas visões sobre as bases necessárias ao desenvolvimento dos setores criativos jamais conseguiram superar os efeitos deletérios das crises política e socioeconômica.

6 | CONCLUSÃO

A economia criativa sofreu com o desincentivo representado pelo fim da SEC, no contexto da crise política e socioeconômica no governo brasileiro. Sem um sistema político e produtivo favorável, ideias e negócios criativos muitas vezes sequer saem do papel em face da falta de estipulação de um marco legal mais específico e facilidades para pequenos empreendedores, por exemplo. Sem uma institucionalização robusta, não se gera expertise necessária à obtenção de diagnósticos de mercado para se repensarem investimentos, infraestrutura e modelos de negócios, desde a produção até o consumo de bens e serviços criativos (LEITÃO, 2017). A limitação crescente de recursos para projetos criativos diante da crise econômica e a instabilidade política acentuada desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff acirraram a descontinuidade de medidas mais robustas com foco na economia criativa como motor

de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, seria importante a retomada de conexões internas e externas do MinC, que conduzissem, por exemplo, a marcos legais aprimorados para setores criativos e a ampliação do diálogo entre as próprias estruturas do Ministério no tratamento da economia criativa visando ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (AGÊNCIA SENADO, 2015).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Presidente demonstrou otimismo na diplomação de Sérgio Sá Leitão no ministério da Cultura, que chega com a missão de 'desburocratizar' a pasta. *O Dia*, 25 jul. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-07-25/em-posse-de-novo-ministro-temer-afirma-que-pais-esta-se-transformando.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

AGÊNCIA SENADO. Com receita anual de R\$ 110 bi, economia criativa demanda maior atenção oficial. *Senado Notícias*, 5 ago. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/05/com-receita-anual-de-R-110-bi-economia-criativa-demanda-maior-atencao-oficial>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

ANDRADE, Isabella de. Ministro interino da Cultura deixa cargo e Fórum subscreve carta-manifesto. *Correio Braziliense*, 16 jun. 2017. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/06/19/interna_diversao_arte,603371/ministro-interino-da-cultura-deixa-cargo-e-forum-subscreve-carta-manif.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2018.

BARBALHO, Alexandre. O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma. In: CALABRE, Lia; SIQUEIRA, Mauricio; LIMA, Deborah Rebello; ZIMBRÃO, Adélia (Org.) *Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 26-29 maio 2015, p.49-64.

BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD JR., Thomaz; KIRSCHBAUM, Charles; CUNHA, Miguel Pina e. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *RAE*, v.49, n.1, p.10-18, 2009.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia: Ateliê Cultural, 2007.

BLOG DO PLANALTO. Novo ministro elogia Temer pela sensibilidade com a cultura e fala em regionalizar investimentos. *Blog do Planalto*, maio 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/05/novo-ministro-elogia-temer-pela-sensibilidade-com-a-cultura-e-fala-em-regionalizar-investimentos>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CALERO, Marcelo. Integração regional, diversidade que nos aproxima e complementa. Discurso na XL Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul. *MinC website*, 24 jun. 2016. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/integracao-regional-diversidade-que-nos-aproxima-e-complementa/10883>. Acesso em: 3 jan. 2018.

DCMS. *Creative industries mapping document*, 1998. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm>. Acesso em: 3 out. 2015.

FERREIRA, Juca. A Economia da Cultura e o Desenvolvimento do Brasil. In: CASTRO, Flávia Lages de; TELLES, Mário F. de Pragmácio (Coord.) *Dimensões econômicas da cultura: experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p.1-9.

FIGUEIREDO, João Luiz de. Economia criativa, cidade criativa e desenvolvimento. In: TEIXEIRA, Eduardo Ariel de Souza; CORRÊA, Sílvia Borges (Org.). *Economia criativa*. Coleção Contextos e Pesquisas. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p.27-47.

FLORIDA, Richard. *The rise of the creative class – and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. Nova York: Basic Books, 2002.

FREIRE, Roberto. Economia da cultura e o mundo do futuro. *O Globo*, 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2017/04/economia-da-cultura-e-o-mundo-do-futuro.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOWKINS, John. *The Creative Economy: How People Make Money From Ideas*. Londres: Allen Lane, 2001.

JC ONLINE. Marcelo Calero, ministro da Cultura, diz que vai reformar Lei Rouanet. *JC Online*, 18 jun. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2016/06/18/marcelo-calero-ministro-da-cultura-diz-que-vai-reformar-lei-rouanet-240691.php>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

JESUS, Diego Santos Vieira de Jesus; KAMLOT, Daniel. *Economia Criativa e Políticas Públicas*. Curitiba: Prismas, 2016.

____; _____. Stuck in the middle of nowhere: cultural policy, development and creative industries in Brazil. *Creative Industries Journal*, v.10, n.2, p.139-154, 2017.

LANDRY, Charles. Prefácio. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Org.) *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, p.7-15.

LEITÃO, Claudia. Economia Criativa e Desenvolvimento. *Revista Será*, 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://revistasera.ne10.uol.com.br/economia-criativa-e-desenvolvimento-claudia-leitao/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

____. Economia Criativa não tem carreira meteórica. *Idea Fixa*, 2017. Disponível em: <<https://www.idealixa.com/oldbutgold/economia-criativa-nao-tem-carreira-meteorica>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

MEDEIROS, Jotabê. Com saída de mais um ministro, a Cultura embarca em um navio fantasma. *Carta Capital*, 25 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/958/apos-saida-de-mais-um-ministro-a-cultura-embarca-em-um-navio-fantasma>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.95-113.

MINC. Mica traz oportunidades para economia criativa brasileira. *Ministério da Cultura website*, 28 jul. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/mica-traz-oportunidades-para-economia-criativa-brasileira/10883>. Acesso em: 2 jan. 2018.

MUNIZ, Carolina. Desenvolver a economia criativa será prioridade, diz Ministro da Cultura. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1912651-desenvolver-a-economia-criativa-sera-prioridade-diz-ministro-da-cultura.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

NA MIRA. Cultura pode dinamizar a economia brasileira, diz ministro. *Imirante website*, 21 nov. 2017. Disponível em: <<http://imirante.com/namira/brasil/noticias/2017/11/21/cultura-pode-dinamizar-a-economia-brasileira-diz-ministro.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

REIS, Ana Carla Fonseca. Introdução. In: _____. (Org.) *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008, p.14-49.

RIBEIRO, Duanne. A Extinção do MinC é Nefasta para o Brasil. *Capitu*, 17 maio 2016. Disponível em: <<https://revistacapitu.com.br/claudia-leit%C3%A3o-a-extin%C3%A7%C3%A3o-do-minc-%C3%A9-nefasta-para-o-brasil-d60a57fb37e0>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

SÁ, Fátima. Sérgio Sá Leitão: 'Podemos estimular o crowdfunding para atrair pessoas físicas'. *O Globo*, 27 jul. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/sergio-sa-leitao-podemos-estimular-crowdfunding-para-atrair-pessoas-fisicas-21636011#ixzz53AbVQMyR>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SEC. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Francisco Ranieri Moreira da. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. *NAU Social*, v.3, n.4, p.111-121, maio/out. 2012.

THROSBY, David. *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-426-9



9 788572 474269